A educação de adultos analfabetos no Estado de São Paulo: Contribuição à história da educação popular - Iniciativas oficiais - Evolução do ensino supletivo no Estado

José Camarinha Nascimento[1]

Junto ao Porto de Cananéia, a 12 de agosto de 1531, desembarcava na ilha de abrigo o Fidalgo português Martim Afonso de Souza, trazendo a primeira leva de colonizadores que se fixarão nestas Placas de São Paulo. O rei de Portugal, D. João III, em 1534, acabava de dividir toda a enorme costa territorial Brasileira; aquela mesma extensão delimitada pelo tratado de Tordesilhas, que se estendia de Belém, do Pará, a Laguna, em Santa Catarina. Foram confiadas as terras, então repartidas em capitanias, a fidalgos ou pessoas de confiança do Rei. Cem léguas de costa, encravadas nelas as dez léguas de Santo Amaro, foram as primeiras terras paulistas pertencentes a Martin Afonso. Era a Capitania de São Vicente.

Em 1549, surge em São Vicente o segundo Colégio do Brasil, que foi extinto em 1567 "por ser a terra muito pobre".

Nesse colégio, como no anterior, fundado na Bahia, o currículo era dividido em dois ciclos: um, destinado ao ensino primário para a conquista das almas dos indígenas e dos mestiços; o outro, destinado à preparação das classes dirigentes do Brasil (o ensino secundário) (1).

Em dezembro de 1553, ao tempo do governo geral de Duarte da Costa, vindos da Bahia, desembarcavam em São Vicente os padres Manuel de Paiva, José de Anchieta e outros, aos quais se confia a catequese do indígena da Capitania.

Menos de um mês após, a 25 de janeiro de 1954, Anchieta funda São Paulo dos Campos de Piratininga em torno de um pequeno rancho coberto de folhas de palmeiras o qual servia de residência de seu fundador, com seus 12 companheiros e também servia de Colégio e de Igreja (2).

Verificamos que, de modo geral, no Brasil seiscentista (3) e particularmente em São Paulo, nessa época, somente os jesuítas se interessam pelos problemas da instrução, obedecendo, dessa forma, às normas da própria Ordem que, em seu capítulo 4º tratava da organização de colégios para "defesa e propagação da fé" (4).

A verdade que, preocupadas as elites dirigentes da época, na formação intelectual maciça, desvalorizando o trabalho braçal, relegando para plano secundário a educação do povo, desconsiderando-se a igualdade mental de mulheres e homens e, particularmente, Portugal e Espanha conservando ainda sistemas empíricos apoiados numa mentalidade própria dos países que não sentiram os choques da expansão da Reforma, é perfeitamente compreensível que o Brasil e São Paulo não tivessem tomado, então, iniciativas sérias a favor da instrução primária.

A única atividade do reino, com relação å instrução no Brasil, foi a fundação, na Bahia, em 1699, de uma escola de arquitetura militar e artilharia. Os estudos dirigidos pelos jesuítas encontram intervenção oficial somente no começo do século XVIII, na mesma época dos "Conselhos de Municipalidade".

---

[1] Encarregado do Setor de Organização e Orientação Pedagógica, do Serviço de Educação de Adultos de São Paulo.

O colégio dos jesuítas, mantendo, pois, a estrutura hierarquizada da colônia, dando ensino diferente conforme as classes, apenas no século XVIII auxiliará o movimento nascente de mobilidade vertical, permitindo aos pequenos brancos e mulatos claros passar de uma classe a outra, mesmo porque o ensino dos jesuítas é essencialmente literário. (5)

Em todo o século XVII não há interesse na organização de planos de educação popular e sistemática. Ainda são os jesuítas e os padres de outras ordens religiosas que se preocupam com a educação elementar e secundária.

Em 1759, dá-se no Brasil a expulsão dos jesuítas (6). Fato lamentável pelas desastrosas consequências na instrução popular de nossa terra.

A 17 de outubro de 1773, por ordem da metrópole, o vice-rei do Brasil, Marquês do Lavradio, pôs em execução a nova lei instituída por Pombal, do "subsídio literário", imposto sobre diversos gêneros, cujo produto deveria ser empregado no sustento do ensino (7). Todavia, pouco se aproveitou desse imposto e sua aplicação quase se anula; tornou-se de efeitos puramente históricos!

Cada vez mais se descuidava aqui da instrução popular ao passo que, no Rio de Janeiro (1774), inauguravam-se aulas de cursos de altos estudos. Trocávamos os calçados rústicos mas necessários à saúde coletiva pelas coberturas caras da instrução de grau superior. Sem base, começávamos pelas cúpulas rutilantes que se imaginava possível conservar sem as colunas mestras da instrução elementar.

Na escola de engenharia, criada no Rio de Janeiro pelo Governo utilitarista de D. João VI, com o nome de "Academia Real Militar" (1810), posteriormente "Escola Central" (1868) e "Escola Politécnica" (1874), bem como outros estabelecimentos de ensino profissional, inclusive a cadeira de Economia, o Curso de Apicultura, o de Química e o de Desenho Técnico, na Bahia; em todos esses institutos (período de 1808 a 1818) a preocupação do governo é egoísta, aristocrata e imediatista. Como nos diz Theobaldo Miranda Santos (8): "Um balanço do ensino no Brasil, no tempo de D. João VI nos mostra que, apesar das numerosas escolas superiores e instituições culturais criadas, não houve progresso real em matéria de educação popular. O ensino primário e secundário, deficiente e fragmentário, não despertou o interesse do povo nem constituiu objeto de preocupação do governo".

Em São Paulo, continua o governo imperial no propósito de não lhe proporcionar nada que resulte um progresso na instrução, quer seja a de nível superior ou de nível elementar.

Na terceira década do século XVIII, o acontecimento de maior vulto é a criação do atual Colégio Pedro II, que se originou do "Seminário de São José".

Até essa época era proibido no Brasil imprimir-se qualquer espécie de publicação! Mas, mesmo assim, ilegalmente, Antônio Isidoro da Fonseca - "o patriarca da imprensa no Brasil" - em 1747 imprime alguns opúsculos em sua clandestina e singela tipografia. Tudo, porém, é confiscado pelo governo. Somente a 13 de maio de 1808 se funda nestas plagas a "Imprensa Régia" que permitiu, ainda nesse ano, a publicação da "Gazeta do Rio de Janeiro".

Alguns anos antes, em 1712, a Capitania de São Paulo dá o primeiro passo de sua maioridade política, constituindo-se em governo à parte. Recebeu São Paulo o título de Cidade (9). Sessenta anos após, na cidade de São Paulo não havia mais do que 6 casas de

sobrado. E, quando chega ao Brasil D. João VI, "a cidade e o município de São Paulo não tinham mais de 15.000 a 20.000 habitantes" (10).

Nos primeiros historiadores de São Paulo vamos encontrar, como em Saint Hilaire e outros, inúmeras referências sobre os costumes da época, as formas de contatos sociais de sua população, os meios de recreação, etc., mas não há menção de nenhuma atividade sistemática e oficial relacionada à instrução pública.

Entre a expulsão dos jesuítas (1759) e a vinda de D. João VI para o Brasil (1808), abriu-se um parêntesis de quase meio século, um largo "hiatos" que se caracteriza pela desorganização e decadência do ensino colonial, como nos diz Fernando de Azevedo (11).

Todavia, manda D. João para São Paulo algumas dezenas de operários alemães com o fim de fundarem no planalto a primeira fábrica que se tem notícia em nossa história industrial - era uma fábrica de armas, que se dedicou à confecção de espingardas (12).

Século XIX. Independência (13).

A Constituinte de 1823 debateu o problema da instrução pública com veemência, sob os ideais da Revolução Francesa, mas forma debates literários (14).

O parlamento institui os Cursos Jurídicos de Olinda e São Paulo (1827) e só alguns anos mais tardo é que vamos ter notícia de escola de "instrução para índios" (15).

Já é um vago despertar de nossa consciência aos problemas da educação em geral e a de adultos iletrados (16) provocado, indiscutivelmente, pelo histórico Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 que, pelo seu artigo 10, parágrafo II, fez passar as Assembleias Legislativas Provinciais o direto de legislar a matéria de instrução primária e secundária.

O quadro abaixo indica todas as escolas que, na ocasião, possuía a Província de São Paulo (1834) (17):

Localidades	**Escolas**	**Disciplinas**	**Data de fundação**
ÁGUA CHOCA	Primária		16-8-1832
CAPAÇAVA	Primária		13-10-1831
CACONDE	Primária		13-10-1831
CAJURÚ	Primária		13-10-1831
CAPIVARI	Primária		13-10-1831
ENTRADA DA MATA	Primária		13-10-1831
CASTRO	Primária		13-10-1831
CURITIBA	Primária	Latim	Antiga
ITÚ	2 primárias mistas		
MOGI DAS CRUZES	Primária		Antiga
PALMEIRAS	Primária		13-10-1831
PARANAGUÁ	2 primárias mistas	Latim	Antiga
PIRAPORA	Primária		13-10-1831
PONTA GROSSA	Primária		13-10-1831
QUELUZ	Primária		13-10-1831
SANTO AMARO	Primária		13-10-1831
SANTOS (BONIFÁCIO)	2 primárias masc.	Latim	
SANTOS (BONIFÁCIO)	Primária femin.		
SÃO BENTO	Primária		13-10-1831
S. JOSÉ DOS PINHAIS			13-10-1831
SÃO PAULO		Colégio	Jesuítas
SÃO PAULO	4 primárias masc.	Latim, filos. e Teologia	

SÃO PAULO	1 primária femin.		
SÃO PAULO		Escola de Direito	
SÃO PAULO		Biblioteca, Seminário	
SÃO SEBASTIÃO	Primária	Latim	
SOROCABA	2 primárias	Latim	Antiga
XIRIRICA	Primária		13-10-1831

Nesse período, enquanto se funda a primeira Escola Normal do país, em Niterói, em 1835, é transformado o Seminário São Joaquim em Colégio Pedro II; criado o Arquivo Público e Instituto Histórico do Rio; dá-se em São Paulo a primeira reforma do ensino primário e normal pela Lei nº 34, de 16 de março de 1846 promulgada pela Assembleia Provincial.

A referida lei estabelece programas para o ensino primário que constava de leitura, escrita, aritmética, noções de geometria prática, gramática e religião. Para as escolas femininas admitiam-se as mesmas matérias com exceção de geometria. E reduzia-se a aritmética às quatro operações. Em substituição da geometria, incluíam-se prendas domésticas. Também cogitava a lei em apreço das normas para o ensino privado; admitia um critério para o provimento das escolas, organizava a inspeção escolar e cuidava da formação de professores primários.

Em novembro desse mesmo ano (1846) era instalada a primeira Escola Normal em São Paulo, criada pela Lei nº 34. Seu primeiro professor do curso masculino, que também acumulava as funções de Diretor foi o Dr. Manuel José Esteves. Para o sexo feminino foi criada a Escola Normal no "Seminário das Educandas", conhecido pelo nome de Seminário de Açu. (Lei nº 5, de 16 de fevereiro de 1847).

De 1851 a 1874, (18) a administração do ensino na província se restringe a poucas escolas elementares. Data dessa época uma outra reforma que institui a obrigatoriedade do ensino, votada a 22 de maio de 1864.

Começam, em São Paulo, a aparecer as escolas leigas e as protestantes, nos fins do Império, tais como a Escola Americana, para o ensino primário, em 1870, do "Mackenzie College" que, após 10 anos, incorpora uma escola secundária. Em Piracicaba (1881), nasce o "Colégio Piracicabano".

Em 1871, os poderes públicos de São Paulo gastavam 286.911. cruzeiros com a instrução pública. A população da província era a de 900.000 habitantes (19). Havia 8.147 alunos matriculados nas 426 escolas. A despesa por aluno importava em 35 cruzeiros. Curioso notar-se que o número de alunos do sexo masculino (5.693) era mais do que o dobro do número de alunos do sexo feminino (2.454).

Os anos de 1874-1892 se caracterizaram, com relação às iniciativas educacionais, em São Paulo, por mais uma reforma que estabelece a obrigatoriedade do ensino, votada pela assembleia Provincial a 22 de maio de 1874, bem como as criações do Colégio São Luiz (1867), em Itú, fundado pelos jesuítas e o de Campinas (1874) estabelecido pela "Sociedade Culto à Ciência".

Nessa ocasião, em cada município, surge um Conselho de Instrução Pública. Ainda não se cogita de um ensino supletivo sistemático e organizado, não obstante terem grande

repercussão os famosos "Pareceres" de Ruy Barbosa e nos quais o problema da educação, em todos os seus aspectos é abordado com tanta profundidade (20) (21).

Nesse período, pouco antes da proclamação da República, há muitas reformas de organizações escolares puramente teóricas, principalmente na esfera federal. Continuava o ensino sem atender às mínimas exigências sociais não obstante existirem sobre o problema excelentes estudos e trabalhos de grande vulto, altamente eruditos (22).

República (1889)

A situação da instrução primaria nos labores da República se pode avaliar pelo quadro que transcrevemos (23).

A população total de São Paulo importava, nesse tempo, em 1.573.000 habitantes (24), havendo a proporção de 1,6% de alunos sobre essa mesma população. A província arrecadava anualmente 5.165,94 cruzeiros (25).

SITUAÇÃO DO ENSINO EM SÃO PAULO, 1889							
ESCOLAS					ALUNOS		
TIPOS DE ESCOLA	**Masculino**	**Feminino**	**Mixto**	**Total**	**Masculino**	**Feminino**	**Total**
Públicas	638	372	11	1.021	11.804	7.742	19.546
Pensionatos ou colégios	45	11	3	59	802	106	908
Fábricas e est. Industriais							
Escolas de Adultos das colônias de Itapura e Avanhandava, mantidas por particulares	11	2		13	301	40	341
Asilos	2			2	67		67
Aprendizes-marinheiros							
Presídios	4			4	19		19
Seminário da Glória para jovens (26)	1	1	1	121	120		120
Colégio N.Sra. do Carmo, em Guaratinguetá, para moças		1		1		220	220
Instituto Ana Rosa para menores abandonados	1			1	98		98
Liceu de Artes e Ofícios do Sagrado Coração	1			1	449		449
Liceu de Artes e Ofícios							
Instituto Taubatebano de agricultura, artes e ofícios							
Colégio São Miguel							

Colégio Perseverança, em Guaratinguetá							
Faculdade de Direito							
Classes preparatórias anexas à Faculdade de Direito							
Classes Preparatórias anexas à Faculdade de Direito							
Escola Normal			1	1	172	135	307
Classes preparatórias e primárias anexas à Escola Normal							
Seminário Episcopal da Capital							
TOTAL							

Ao tempo da proclamação da República, como se pode depreender pelo estudo do quadro atrás que expõe as diferentes modalidades de escolas primárias e o número de alunos nelas matriculados, em São Paulo os primeiros cursos de adultos que surgem são mantidos por entidades particulares, nas cidades de Itapura e Avanhandava.

Mesmo antes de se tomarem medidas oficiais a respeito desse problema de magna - importância - alfabetização e educação de adolescentes e adultos - essas duas cidades se colocam na vanguarda e marcham resolutas na conquista de mais cidadãos intelectualmente eficientes e capazes, mantendo 341 alunos em seus 13 cursos. Têm esses cursos a finalidade precípua de ministrar a instrução elementar aos maiores que não tiveram a oportunidade de frequentar escolas de primeiras letras. Eis as cidades pioneiras na alfabetização de adultos. Tais são as primeiras iniciativas de educação supletiva sistemática. Parece que é este o marco inicial na história da alfabetização de adultos em nosso Estado.

É interessante constatarmos que nos primeiros anos de república, o ensino primário comum dispunha de uma rede escolar mais eficiente que a de 1946. Naqueles tempos, quando presidente de São Paulo os Drs. Prudente de Morais (27), e Bernardino de Campos (28), a manutenção de escolas é maior por parte dos poderes competentes, tanto assim que, em cada grupo de mil indivíduos, 16 dos mesmos frequentavam escolas de ensino elementar. Em 1946, em cada grupo de mil pessoas, apenas 12 dessas estavam em cursos de educação fundamental (29).

Felizmente, a nova república, particularmente em São Paulo, apresentava educadores e administradores da têmpera de Rangel Pestana, Caetano de Campos, Ciridião Buarque, Cesário Motta, Miss Browne, D. Maria de Andrade, Oscar Thompson Vicente de Carvalho e muitos outros.

Incontestavelmente o período áureo da instrução em São Paulo é o que abrange os 30 primeiros anos após a proclamação da república, quando os problemas educacionais são abordados por inteligências de escol (30) e, na medida do possível, diante da realidade sociocultural, as soluções a esses problemas são dadas senão de forma satisfatória, pelo

menos de maneira que pôde atender aos primeiros passos de nosso incipiente regime político (30a).

1892. Eis que se promulga a Lei nº 88, a 8 de setembro desse ano. Ponto luminoso no ensino supletivo. Essa lei, quando Presidente do Estado o Dr. Bernardino de Campos, reforma a instrução pública de são Paulo. Em seu artigo 82 são criados, oficialmente, os primeiros cursos regulares de educação de adultos nas chamadas "escolas noturnas" que seriam instaladas "em todo lugar onde houvesse frequência provável de 30 adultos".

Era condição mínima para o funcionamento de uma "escola" (31) a existência de, pelo menos, 30 alunos que, uma vez matriculados, receberiam, gratuitamente, os ensinamentos de acordo com as matérias do curso preliminar, com exceção de trabalhos manuais e ginásticas (32).

A 26 de junho de 1894, pelo artigo 69 do Regimento Interno, se dá melhor estrutura à lei em apreço.

Os professores desses cursos eram os mesmos das escolas diurnas que recebiam, pelo trabalho à noite, uma gratificação de 100 cruzeiros mensais.

Os cursos noturnos passaram a funcionar por força da Lei nº 1.195, de 24 de dezembro de 1909, em "escolas noturnas" cujos professores recebiam, somente para ensinar à noite, a importância de 250 cruzeiros por mês. (33)

Diz-nos Oscar Thompson ao falar sobre esse assunto: "infelizmente, a experiência de alguns anos veio a demonstrar que não foi acertada essa medida, pois os atuais professores nas escolas noturnas, tendo o dia inteiramente livre, se entregam, sem que por isso incorram em censura, a outras preocupações, e, na sua grande maioria, se matriculam nas nossas Academias, Como acadêmicos cuidam mais de seus novos estudos do que, propriamente, das suas escolas, de modo que procurando uma lei corrigir esse defeito dos antigos cursos noturnos, abriu, nas escolas noturnas, uma válvula para abusos maiores, pois as licenças, a falta de assiduidade e de interesse de muitos professores, preocupados - repetimos - com cousas estranhas ao magistério, estão produzindo uma certa decadência na missão confiada às escolas noturnas".

A 3 de dezembro de 1909, pela Lei no 1.184, são criadas 50 escolas noturnas para menores empregados nas fábricas.

Como se verifica, não obstante ainda cuidar-se muito pouco do adulto iletrado, já se vai minorando a sorte dos meninos empregados em fábricas. E, por essa Lei 1.184 foram providas 8 escolas na Capital e outras no interior.

Ainda o grande educador Oscar Thompson, comentando as dificuldades com que defrontavam os alunos para frequentar as referidas escolas noturnas, em 1917, assim se expressa:

"Só há uma solução: o fechamento dessas escolas e a proibição de admitirem as fábricas menores nas suas oficinas. Cursos e escolas noturnas não podem ter, como desejam muitos professores, um ensino metódico e graduado, idêntico ao dos Grupos Escolares.

Operários adultos e menores ali vão aprender somente aquilo, de que necessitam para lhes facilitar o exercício de um emprego. Assim, uns procuram aprender a falar apenas a língua portuguesa; outros, a passar recibos; outras a ler as placas das ruas, etc; e poucos, muito poucos, permanecem, por dois ou três anos nessas escolas.

Mas não está nisto a mal das mesmas; pelo contrário, porque, para cada um desses alunos, preencheram elas, perfeitamente, e seu fim pois lhes ensinou o de que ele mais precisava para melhorar a sua posição na fábrica e no emprego".

Até 1915, em São Paulo, (34), havia 139 escolas noturnas providas com 7.763 alunos. Cada classe, por lei, deveria ter 50 alunos, mas a frequência média oscilava entre 25 e 30 alunos.

Os movimentos escolares dos cursos noturnos se tornam difícil de obtê-los, porque esses cursos são incluídos nas relações das escolas isoladas (conforme consta do Anuário de 1913) ou escolas diurnas e maternais (ao tempo de Pedro Voss).

Quando presidente do Estado o Dr. Altino Arantes, pelas Leis nºs 1.424, de 28 de outubro de 1914; 1.430, de 4 de dezembro do mesmo ano e 1.452, respectivamente de 11 e 29 de dezembro, também do ano de 1914, são criadas ao todo, mais 37 escolas para adultos. A Lei citada. nº 1.432, de 11 de dezembro de 1914, em seu artigo 22 dizia:

"Ficam criadas no município da Capital 6 escolas noturnas operárias para adultos, no regime da Lei nº 1.223, de 16 de dezembro de 1910"

No anuário de ensino apresentado pelo insigne educador Oscar Thompson, quando era Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo (1917), ao Secretário do Interior, encontramos a seguinte relação numérica de escolas noturnas, num período de 8 anos (1910-1917):

ANOS	**Número de escolas noturnas**
1910	12
1911	25
1913	28
1913	29
1914	33
1915	45
1916	47
1917	47
TOTAL	260

Na direção da Instrução Pública de Guilherme Kuhlmann e na de Pedro Voss os cursos noturnos são relacionados nas "escolas reunidas", "diurnas" e "maternais", dificultando, dessa forma, a obtenção de dados relacionados ao movimento escolar específico de escolas de adultos. Sabemos, porém, que pouca importância os poderes públicos davam a esses cursos noturnos, daí, muitos de fecharem e outros nem chegarem a funcionar. Portanto, um intervalo bem grande, por mais de uma década, as notícias de classes noturnas, bem como outras modalidades de cursos de alfabetização de adultos, são raras e imprecisas até quando, pelo· Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933, se institui o Código de Educação que "veio ao encontro das aspirações gerais de quantos se interessam pela causa do ensino no Brasil, facilitando uma ideia de conjunto sobre o estado atual do monumento educativo para cuja construção concorreram tantos espíritos esclarecidos, empenhados com igual sinceridade" (35).

O Capítulo III, em seu artigo 40, do Decreto de que estamos cuidando, trata, especificamente, das "Escolas de Continuação para Adultos". No mesmo decreto, o artigo 297 institui os "Cursos Populares Noturnos" que têm por finalidade ministrar a educação primária elementar a adultos de ambos os sexos (36).

É verdade que, de maneira geral, são amplamente discutidos todos os problemas educacionais do Estado, em períodos anteriores, destacando-se a reforma empreendida em 1920 por Antônio de Sampaio Doria que, no dizer de Fernando de Azevedo (37), foi "o primeiro sinal de alarma que nos colocou francamente no caminho da renovação escolar".

Em 1926, organizado e dirigido por Fernando de Azevedo quando diretor do jornal "o Estado de São Paulo" se promoveu o maior inquérito entre as maiores autoridades do ensino, em todos os graus, resultando, daí, grandes reformas da instrução pública em vários estados do Brasil, destacando-se a de São Paulo (1931-1933) (38).

Pretendo, como é de nosso desejo, evidenciar a evolução do ensino supletivo em nosso Estado, necessário se torna mencionar os grandes movimentos a favor da instrução pública; movimentos tais que se expandem no Brasil todo, particularmente no Distrito Federal com Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira; no Ceará, com Lourenço Filho; em Pernambuco com A. Carneiro Leão; e em Minas Gerais com Francisco Campos. Em São Pauto, ainda Fernando de Azevedo, Almeida Junior (1935-1936) (39) e Lourenço Filho, por certo que constituem as figuras mais expressivas das grandes reformas da instrução pública de São Paulo e do Brasil.

O Código de Educação de São Paulo, elaborado na administração do Prof. Fernando de Azevedo é obra de vulto e que, por si só, bastaria para consagrar uma administração do ensino público paulista.

Esse Código unificou as leis do ensino, coordenando-as, eliminando contradições inseridas na numerosa legislação avulsa anterior, sistematizou uma filosofia e criou órgãos e aparelhamentos necessários ao melhor ajustamento de nosso sistema educativo, acompanhando, dessa forma, o desenvolvimento da pedagogia científica, Chegou, mesmo, a adiantar-se, com relação às iniciativas que propõe no sentido de melhorar a rede escolar de São Paulo, em todos os seus graus tanto em extensão como em profundidade (40).

30. No tocante ao ensino de adultos, o Código institui os cursos populares noturnos, como já vimos, os quais têm a duração de dois anos. O 1º ano destina-se "especialmente à alfabetização e à iniciação nas técnicas elementares de Cálculos, e, o segundo, ao ensino da Linguagem, Geografia e História do Brasil e Ciências Físicas e Naturais".

Preocupou-se, também, de se criar uma consciência sanitária bem como o de se ministrarem conhecimentos de cultura geral aos alunos desses grupos.

Pelo Código, os professores que regessem classes populares noturnas ganhariam 150 cruzeiros mensais, a título de gratificação. O regime de aulas era o mesmo dos cursos comuns (41). Funcionavam nos grupos escolares, diariamente, das 19 às 21 horas, com classes de 30 a 40 alunos, Tais classes eram femininas e masculinas; regiam as primeiras, professoras e, as segundas, professores.

Até a vigência do Código de Educação, os cursos supletivos mantidos no Estado eram de uma só modalidade: os cursos das escolas noturnas.

Se é certo que o grande surto industrial de São Paulo determinou a necessidade de os adultos analfabetos procurarem escolas de primeiras letras, é verdade que muitas delas floresceram em inúmeras fábricas. Porém, pouco sabemos do movimento didático das

mesmas, como, também, de seus dados estatísticos, pois que a organização e funcionamento desses cursos de fábricas se faziam de maneira assistemática, sem rigoroso controle e à vontade de seus dirigentes. As autoridades do ensino público pouco se preocupavam com tais cursos que viviam a margem da administração escolar.

Com relação às escolas noturnas que pela primeira vez aparecem, oficialmente, em 1892, também é tão grande o descaso dos órgãos responsáveis por seu funcionamento a ponto de não se ter podido obter, precisamente, o número de cursos existentes, o aproveitamento escolar e demais dados de interesse à história dos cursos supletivos do Estado.

Enquanto não foi criado o Departamento Estadual de Estatística (42) os dados referentes aos cursos supletivos eram falhos e imprecisos.

O Departamento de Educação registra, em época anterior à criação do mencionado Departamento Estadual de Estatística, as seguintes escolas noturnas na Capital e no Interior:

NA CAPITAL: Uma escola noturna, funcionando junto ao G.E. "Maria José", duas escolas noturnas, funcionando junto ao. G.E. "Júlio Ribeiro", uma escola noturna de Vila Mariana, funcionando junto ao G.E. "Marechal Floriano", quatro cursos populares noturnos da Bela Vista, funcionando junto ao G.E. Marechal Bittencourt", com três classes, sendo duas masculinas e uma feminina; uma escola noturna de Bom Retiro, funcionando junto ao G.E. "Marechal Deodoro"; uma escola noturna da Barra Funda, funcionando junto ao G.E. "Antonio Prado"; Curso Popular Noturno da Moóca; uma escola noturna do Belêmzinho, funcionando junto ao G.E. "Amadeu Amaral"; dois cursos populares do Bom Retiro, funcionando junto ao G.E. Marechal Deodoro"; duas escolas noturnas da Barra Funda, funcionando junto ao G.E. da Barra Funda; um curso noturno do Centro Operário do Belêmzinho, funcionando junto ao G.E. "Amadeu Amaral"; um curso noturno do Centro Operário Moóca, funcionando junto ao G.E. "Oswaldo Cruz", um curso noturno do Centro Operário do Cambuci; funcionando junto ao G.E. "Oscar Thompson", escola noturna do Braz, funcionando junto ao G.E. "Romão Puiggari", escola noturna do Cambuci, funcionando junto ao G.E. "Armando Bayeux".

NO INTERIOR: Três cursos noturnos em Santo André; dois cursos noturnos em Salto; um curso noturno em Piracicaba; um curso noturno em Taquaritinga; um curso noturno em Bragança; um curso noturno em Salto; um curso noturno em Casa Branca e um curso noturno em Salto.

Em 1932, os serviços de estatística escolar acusavam 39 unidades do ensino supletivo com a matricula geral de 2.034 alunos.

Em 1933, ascendia a matrícula geral 3.225 alunos, em 40 unidades escolares próprias ao ensino de adultos.

A partir de 1933, os cursos populares noturnos previstos pelo Código de Educação têm vida mais regular. E, dessa época, o Departamento Estadual de Estatística faz levantamentos e estudos ordenados. O quadro a seguir, do D.E.E. retrata a situação dos cursos de educação de adultos, desde 1934 até 1946 quando, então se desenvolve, em todo o país, a Campanha de Educação de Adultos.

Incluem-se nesses dados, os cursos instalados em 1946, em grande número de Escolas Normais, que responderam, dessa forma, ao movimento compreendido pelo

Instituto Caetano de Campos, por ocasião dos festejos do centenário de ensino normal. Tais cursos foram regidos por normalistas e funcionavam nas Escolas Normais.

UNIDADES ESCOLARES				MATRÍCULA		FREQUÊNCIA		APROVADO
ANOS	ESTAD.	PARTIC.		TOTAL	GERAL	EFETIVA	MÉDIA	GERAL
1934	39	70	37	146	10.619	6.468	5.475	3.575
1935	30	111	48	189	13.190	7.362	6.152	4.106
1936	42	177	104	323	20.980	11.393	9.822	6.456
1937	40	217	126	383	24.563	13.227	11.475	7.886
1938	41	182	131	354	23.148	12.410	10.159	6.608
1939	47	185	138	370	24.849	13.227	11.449	7.384
1940	54	180	169	403	26.422	14.831	12.215	8.434
1941	61	167	176	404	25.122	14.244	11.899	8.650
1942	57	168	156	381	21.248	11.898	10.163	7.464
1943	55	150	168	373	20.645	12.028	10.069	6.940
1944	58	145	155	358	20.837	12.077	10.389	6.821
1945	68	141	132	341	20.172	11.915	9.964	6.999
1946	66	138	130	334	20.700	11.986	10.568	7.575

Paralelamente aos cursos populares, desde 1938, pelo Decreto nº 9.124, de 22 de abril desse ano, existiam as escolas primárias regimentais que funcionavam junto aos Quarteis do exército.

A lei nº 76 e a campanha de educação de adultos

Estupenda colaboração à Campanha de Educação de Adultos deu-a o Governo do Estado, promulgando a 23/2/48 a Lei n 76.

Esta Lei oferece apreciáveis vantagens, em pontos, aos docentes de cursos de ensino supletivo ao se inscreverem nos vários concursos do magistério primário.

Quer o professor já pertencente ao quadro do ensino, quer o normalista diplomado ou ainda estudante que pretenda ingressar no magistério, todos buscam, regendo os cursos de educação de adultos, acrescentar aos que já possuem os pontos que a Lei 76 lhes confere para melhorar sua classificação, facilitando-lhes uma escolha melhor nos concursos de remoção, promoção e ingresso.

Interessando a quem já se dedica ou venha a dedicar-se ao ensino, está claro que a referida lei visou entregar a regência dos cursos de ensino supletivo a docentes capazes e dessa forma tirar da Campanha resultados melhores do que se esperaria se tais cursos fossem entregues a elementos menos experientes.

Estabelece a lei para a concessão dos desejados pontos, duas condições - mínimo de dias de efetivo exercício na regência de cursos e mínimo de promoção - É natural que o professorado empenha toda sua dedicação na obtenção de resultados que correspondam a um número de pontos mais alto possível.

Muitos professores preferem ainda trabalhar sem remuneração, como "voluntários", visto a Lei 76 lhes contar os pontos com o acréscimo de 1/3.

Os casos concretos de aproveitamento desses pontos nos recentes concursos de remoção e de promoção de professores e diretores de grupo escolar, de ingresso ao magistério acabaram de convencer os que se apresentavam apáticos, de tal forma que, nos últimos anos, o número de cursos instalados ultrapassou as previsões mais otimistas.

Resultados da Campanha de Educação de Adultos desde 1947 a 1957

Pelos boletins de resumo mensal e pelos mapas do movimento que foram remetidos pelas autoridades escolares das 35 Delegacias do Ensino em que se divide o Estado, abrangendo os seus 435 municípios, fez o Serviço de Educação de Adultos através de seu Setor de Planejamento e Controle, a apuração do movimento e dos resultados da Campanha:

(Segue quadro "Resultado da Campanha de Educação de Adultos")

RESULTADO DA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO DE 1947 A 1957

Ano	Total de Cursos	Matrícula geral do ano	Alunos eliminados no ano	Alunos restantes no ano	Alunos promovidos no ano	Percentagem de promoção calculados sobre a	
						Matrícula geral	Matrícula restante
1947	1.789	98.857	38.452	54.405	27.730	29,8%	50,9%
1948	1.649	89.880	41.977	47.903	26.067	29,0%	54,4%
1949	2.380	116.815	48.682	68.133	41.794	35,7%	61,3%
1950	3.337	113.412	50.188	63.224	37.655	33,2%	59,5%
1951	2.624	121.698	52.095	69.603	47.573	39,9%	68,3%
1952	3.086	172.735	88.320	84.415	61.607	35,6%	72,9%
1953	3.154	193.833	94.341	64.680	61.973	33,3%	68,5%
1954	3.008	184.910	90.425	94.485	57.822	31,2%	61,1%
1955	2.986	165.908	88.204	77.704	45.623	27,4%	58,7%
1956	3.267	188.142	89.221	98.921	55.294	99,3%	55,8%
1957	3.521	232.821	101.254	130.567	58.905	25,4%	58,1%
Totais	29.801	1.672.011	788.292	883.709	524.750	32,2%	59,3%

A campanha na atualidade

Após 10 anos de atividades visando atingir a consciência dos cidadãos esclarecidos no sentido de compreenderem a importância da Campanha Nacional de Educação Fundamental Supletiva e após 10 ano a de efetivo trabalho estimulando a criação de cursos de educação para maiores de 14 anos em todos os municípios paulistas, pesa-nos a reponsabilidade por força do encargo que vimos desempenhando no Serviço de Educação de Adultos, de apresentar um relatório deste movimento social de recuperação do homem e consequentemente da própria economia nacional, pois conhecemos a relação direta entre a produção do trabalhador e os bens econômicos e sociais que dela advém para a felicidade individual e o progresso do país em todos os seus setores.

Nesse período pudemos auscultar as autoridades escolares responsáveis pelo ensino fundamental supletivo; realizamos inúmeras pesquisas de caráter pedagógico e social que hoje temos a oportunidade de sintetizar suas conclusões nesta reunião de encerramento do

Seminário realizado com o fim especifico de trocar ideias e assentar medidas entre as autoridades educacionais de São Paulo que se ligam a este trabalho notável de educação de adolescentes e adultos.

O que lembram as autoridades escolares de São Paulo para a melhoria do ensino de adultos:

Obrigatoriedade de frequência. Solicitação da colaboração das autoridades Municipais, militares, civis e religiosas, para conseguir-se essa frequência;
Melhor remuneração do professorado;
Obrigatoriedade da metodologia e da prática do ensino supletivo nas Escolas Normais;
Ampliação da rede escolar primária;
Redução da matrícula para 30 alunos por curso;
Pontualidade no pagamento aos professores;
Criação de uma legislação apropriada no sentido de suscitar no adulto analfabeto real interesse pela aprendizagem das técnicas fundamentais e instituição de uma carteira ou certificado de instrução primária, para a admissão de operários nos estabelecimentos industriais e casas comerciais;
Colaboração dos industriais na facilitação da matrícula e frequência aos cursos de ensino supletivo.

Apreciação das sugestões

Pela leitura das sugestões apresentadas pelas autoridades de ensino, das várias regiões escolares do Estado, podemos compreender o interesse que a Campanha vem despertando, particularmente no seio do professorado, que não se limitou a cumprir as determinações superiores, mas, o que é altamente significativo e agradável para nós, a pensar sobre o êxito da Campanha de Educação de Adultos.

Notamos variadas opiniões, umas externadas por educadores experientes e sensatos e outras, se menos válidas, nem por isso deixam de constituir bom material para a discussão do problema de educação de adolescentes e adultos analfabetos.

De um modo geral, há a preocupação das autoridades escolares no sentido de trabalhar com todas as forças de que dispõem para a redenção social do homem brasileiro, através da educação integral e sistemática àqueles que não a tiveram na época infantil.

Um sério problema

Desde logo se nos deparou um dos mais sérios problemas da Campanha, qual seja o da frequência.

É fato comumente apontado por sociólogos e educadores o indiferentismo de nossas populações pela escola, particularmente nas regiões em que o tipo de vida não solicita do homem a aprendizagem das técnicas fundamentais da leitura e da escrita.

Se constatamos maior interesse do operário urbano pela escola, por certo que tal atitude é consequente das exigências naturais de seu próprio meio. Porém, a área rural do

Brasil é muito superior à urbana, daí o nosso maior empenho em que sejam, exatamente, as populações da hinterlândia as mais beneficiadas pela instrução.

A realidade

A realidade, porém, é a da inconstância de frequência. Alunos regularmente matriculados, após alguns meses, quando muito, na grande maioria dos casos, deixam a escola por motivos vários.

O mesmo fenômeno da deserção do educando da escola primária ocorre nos cursos de adultos, conforme nos testemunham os mapas de movimento mensal.

Os mesmos fatores responsáveis por esse problema, referente à população escolar infantil, também existem com relação aos cursos supletivos, agravados por outros específicos.

Na zona rural, a terminação do ano agrícola (que não coincide com a do ano escolar), e outras vezes a conclusão de contratos entre fazendeiros e colonos, levam o trabalhador a mudar-se e, por isso, a abandonar a escola. É problema comum e insolúvel quase.

Em pesquisa feita sob os auspícios do Ministério da Educação, relativa à Campanha de Educação de Adultos, na cidade de São Paulo, constataram-se outras causas de deserção do escolar adulto. São elas de caráter psicológico ou econômico.

Alunos havia que encontravam dificuldades em continuar no curso, porque:

O horário lhes era impraticável, quer quanto às empregadas domésticas devido à natureza de suas ocupações, ou aos operários que trabalham como auxiliares de pedreiros nas construções, etc.;

Grande parte dos inquiridos não podiam "comprar roupa para ir à escola";

Outros nunca procuraram a escola porque não sentiam necessidade dela;

Muitos "não davam para o estudo";

Havia alunos que não se alimentavam para chegar a tempo às aulas.

O verdadeiro problema da deserção escolar

O problema, portanto, existe com muito agravo e intensidade.

Sua solução, parece-nos, é de natureza educacional. É formando ideais que chegamos aos verdadeiros fins, porém, esses ideais estão dependendo dos ideais e das atitudes dos líderes e dos que detém o poder e a autoridade.

Enquanto algumas autoridades escolares aventam inúmeras medidas de combate à má frequência, desde as mais suasórias até às mais drásticas, e, mesmo policiais, temos a convicção de que toda a questão reside na maneira de suscitar o real interesse do aluno pela escola que só a comunidade é capaz de conseguir.

Se as condições de vida do adulto analfabeto, dada a proteção que o estado lhe dispensar, resultarem num melhor nível social, por certo que o interesse pela aquisição das técnicas de leitura e escrita e da continuação dos estudos, facilitará essa mesma aprendizagem.

De modo geral, com exceção do adulto analfabeto de nossos grandes centros urbanos, os restantes não sentem a necessidade de aprender, e isso ocorre exatamente com

os que constituem a necessidade de aprender, e isso ocorre exatamente com os que constituem a grande maioria da população iletrada pela falta exclusiva de interesse dos líderes e dos chefes políticos e das forças vivas e atuantes do pequeno povoado ou de cidade indiferente aos valores da cultura.

Como interessar o adulto analfabeto pela escola

Lembram nossos administradores escolares através dos relatórios, muitas medidas para a solução do problema, sobressaindo-se a "obrigatoriedade de um certificado de alfabetização" de aplicação social e civil semelhante à do certificado de quitação militar.

Realmente, se o que pretendemos é suscitar o interesse do analfabeto pela escola, parece-nos que há muita sensatez nessa sugestão, uma vez que muitas comunidades não se interessam pelo seu problema de educação:

Tempo e analfabetismo

Ocorreu-nos realizar uma pesquisa que revelasse o Tempo de Duração provável necessário à extinção do analfabetismo de pessoas maiores de 14 anos, nos municípios do Estado de São Paulo, em face dos resultados oficiais de um quinquênio de Campanha. Tal estudo foi possível diante dos resultados que vimos colhendo, neste Serviço desde 1947, quando se deu o lançamento da Campanha cívica de recuperação social do homem brasileiro que, não tendo tido a oportunidade de frequentar a escola primária, no período normal, foi posto à margem das técnicas fundamentais de ler, escrever e contar, incorporando-se, a partir daí, à população dos 18 milhões de patrícios adultos, analfabetos. É população que representava, na época, 56% do número total de brasileiros do país, na mais vigorosa idade de produção econômica. A amostra representativa de um estudo sobre os grupos de idade dos alunos que frequentam os cursos de adultos, por nós realizado conforme quadro abaixo, demonstra cabalmente a afirmação acima de que a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos atende àquelas idades mais significativas para a vida econômica da Nação.

Grupos de idade	**%**
15 a 20 anos	25,00
21 a 30 anos	63,00
31 a 40 anos	09,00
41 para mais	03,00
Maiores de 60 anos	0,07
Idade ignorada	0,90

Depreende-se que 88 alunos dos que frequentam os cursos de adultos, em cada 100, se agrupam nas idades entre 15 a 30 anos. É maior, ainda, a frequência de indivíduos entre 21 a 30 anos.

Critério:

A pesquisa foi elaborada com os dados oficiais do recenseamento de 1950 e com o número de alunos existentes no fim do ano letivo dos Cursos de Adultos num perdido de 5 anos, de toda a vasta rede escolar abrangida pelas 35 Delegacias Regionais de Ensino no Estado de São Paulo, então em atividade.

Os números que informam do tempo que será necessário para os municípios paulistas exterminarem o analfabetismo de pessoas maiores de 14 anos, são decorrentes dos cálculos relacionados:

a) à população total de analfabetos maiores de 14 anos;

b) aos resultados do aproveitamento de um período de 5 anos (1950-1955);

c) à média anual de aproveitamento através dos boletins de frequência.

Com tais recursos foi possível elaborarmos o quadro abaixo que, em números absolutos e estatísticos, dizem do **tempo** de **duração provável para municípios paulistas** poderem exterminar seus analfabetos.

Os resultados gerais dão a perceber a amplitude mínima desse tempo de Duração.

Número de municípios do Estado	**Número de anos que serão necessários para a extinção dos analfabetos maiores de 14 anos**
4	0 a 10 anos
34	10 a 20 anos
53	20 a 30 anos
69	30 a 40 anos
46	40 a 50 anos
39	50 a 60 anos
24	60 a 70 anos
23	70 a 80 anos
12	80 a 90 anos
15	90 a 100 anos
26	100 a 150 anos
5	150 a 200 anos
9	200 a 300 anos
4	300 a 500 anos
1	500 a 1000 anos
1	Mais de 2000 anos

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos não atingirá plenamente seus objetivos se a ela não se integrar toda a população consciente do alcance social da letra impressa na cultura moderna. Educação é fenômeno social. É ação de todos os membros da coletividade. É certo que o Serviço de Educação de Adolescentes e Adultos, instituição oficial da Secretaria da Educação, desde 1947, funciona de forma extraordinariamente precisa e extraordinariamente. É serviço reconhecido pelo público e por toda a imprensa de São Paulo, do Brasil e mesmo por parte das organizações internacionais de educação, como um dos mais perfeitos pela feição científica que tomou e pela louvável atuação das autoridades escolares, como especialmente, de espírito público e civismo ilimitados.

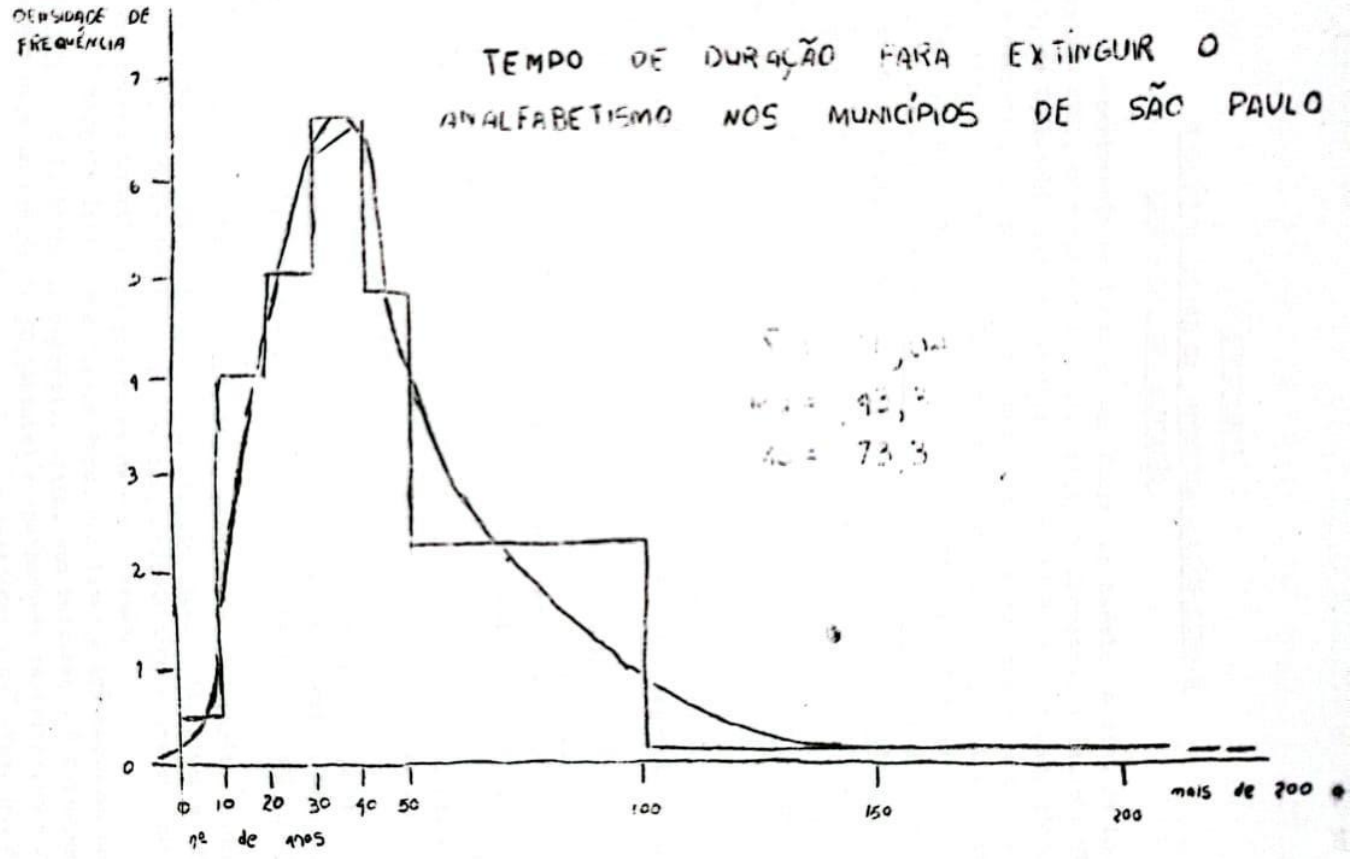
Porém, enquanto os municípios não se interessarem efetiva e afetivamente, pela sua Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, por intermédio de suas instituições e

pessoas mais representativas, o ritmo deste movimento cívico se apresentará de forma variada, oscilando em amplitude de dois a dois mil anos para a extinção de tão grande mal aqui no Estado de São Paulo.

Não se pode mais exigir apenas do professor e das autoridades escolares a solução dos problemas básicos da educação. Ninguém pode ficar indiferente ao problema que apresentamos.

É necessário que cada município busque conhecer sua real situação a fim de atacar frontalmente o problema do analfabetismo. O professor e os órgãos oficiais de educação se tomam impotentes, por si mesmos, para a realização total da obra da educação quando o povo não a sente e, portanto, não a deseja!

5-Bem sabemos que há inúmeros fatores que possibilitam a mudança da dinâmica dos números aqui contidos, dentre eles: o desenvolvimento das ciências; facilitação e melhoria dos meios da transportes, das estradas, das condições de vida; a facilitação da comunicação e na informação por seus veículos como o rádio, o cinema, a televisão, a imprensa e outros de conhecimento e cultura; a ampliação de recursos e atividades da própria administração pública e municipal tais como: a expansão da rede de ensino primário comum e supletivo; a criação de classes, incremento à formação profissional do professor primário, do ponto de vista quantitativo e qualitativo.


DENSIDADE DE FREQUÊNCIA
TEMPO DE DURAÇÃO PARA EXTINGUIR O ANALFABETISMO NOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO
0
1
2
3
4
5
6
7
0
10
20
30
40
50
100
150
200
mais de 200
nº de anos

SUPLEMENTO

Serviço Social da Indústria - seus cursos populares de educação

O Departamento Regional de São Paulo, do Serviço Social da Indústria - SESI, em cumprimento à disposição do Decreto-Lei Federal no 9.403, de 25-6-1946, que lhe atribuiu "a finalidade de estudar, planejar e executar, direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão geral de vida no País, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico e o desenvolvimento do espírito de solidariedade entre as classes", instituiu os Cursos Populares que visam proporcionar aos trabalhadores não só o conhecimento das primeiras letras, quando analfabetos, como e principalmente um complemento de educação, através de noções científicas indispensáveis a resolvê-los acerca do meio em que vivem, de si próprios e de seus diretos e deveres, elevando-1hes, assim o nível cultural e a formação moral e cívica, habilitando-os a viver conscientemente numa democracia, contribuindo, enfim, para a sua completa integração no ambiente social.

Os Cursos Populares são de três tipos: Alfabetização (CPI), Instrução Fundamental (CPII), em prosseguimento à alfabetização Complementar (CPIII), destinado a ministrar aos habilitados no CPII, noções das disciplinas seguintes: Português, inclusive correspondência, Matemática, Literatura Geral e do Brasil, Geografia Geral e do Brasil, História do Estado, Escrituração Mercantil, Sociologia, Psicologia e Lógica Social, Organização Política e Administrativa do Brasil e do Estado, Física, Química, Biologia e Higiene.

No Curso de Alfabetização (CPI) e de Instrução Fundamental (CPII), os programas abrangem o ensino da Leitura, Escrita, Cálculo, História do Brasil, Geografia, Educação Moral e Cívica. Conhecimentos Gerais e Educação Sanitária.

O Curso Complementar (CPIII), realiza-se, com caráter educacional e utilitário, no sentido exato das finalidades das diversas disciplinas, por forma inteiramente prática, evitada toda a preocupação de sobrecarga inútil pelos processos de memorização.

É característica dos Cursos Populares levar a instrução ao próprio local de trabalho do operário. Assim, sua instalação é feita, sempre que haja um mínimo de 30 (trinta) trabalhadores inscritos, nas fábricas, sindicatos, círculos operários e entidades congêneres, que se comprometem a ceder, gratuitamente, local para as aulas. O material escolar aos alunos é fornecido gratuitamente pelo SESI. As atividades educacionais do SESI iniciaram-se a 27 de maio de 1947. Dessa data, até o presente, o movimento dos Cursos Populares (CPI) assim se apresenta:

SERVIÇOS DE CURSOS							
		CP	CI	COL	COC	CDC	CE
CURSOS FUNCIONANDO	C	252	23	15	386	12	12
	I	276	26	27	708	-	-
	T	530	49	42	1054	12	12
CURSOS INSTALADOS EM 1957	C	8	1	-	20	6	6
	I	17	3	-	31	-	-
	T	25	4	-	51	6	6
CURSOS INSTALADOS DESDE O INÍCIO DAS ATIVIDADES	C	575	28	17	552	53	24
	I	437	31	29	781	-	-
	T	1012	59	46	1333	53	24
MATRÍCULAS	C	6726	781	3983	8532	692	362
	I	6505	752	4125	14319	-	-
	T	13231	1533	8108	22851	692	362
FREQUÊNCIA MÉDIA	C	5703,4	726,8	5055	739,5	674,8	325,9
	I	5292,2	654,9	8585	12213,1	-	-
	T	10997,6	1381,7	13640	19592,6	674,8	325,9
CERTIFICADOS ENTREGUES DURANTE O ANO	C	1135	-	-	12211	-	59
	I	1554	-	-	1797	-	-
	T	2689	-	-	3028	-	59
CERTIFICADOS ENTREGUES DESDE O INÍCIO DAS ATIVIDADES	C	17113	618	99	12390	2870	117
	I	16981	181	136	24037	-	-
	T	34094	799	235	36427	2870	117

N.B. Dentro da coluna (COL) onde se lê frequência média, leia-se: comparecimentos.
Explicação: CP = Curso Popular - CI=Curso Infantil - COL = Cursos Orientação de Leitura - CCC= Cursos de Corte e Costura - CDC = Cursos de Divulgação Cultural - CE = Cursos de Especialização - C = Capital - I = Interior - T = Total.

NOTAS

(1) Antônio Figueira de Almeida, H**istória do Ensino Secundário no Brasil**, pag. 28: os jesuítas não se consagraram nunca ao ensino primário, pois que sua política educativa se concentrava na escola superior. Era nesta que se deveria elaborar "a elite culta e religiosa que realizaria os objetivos místicos e sociais de Santo Inácio".

A realização da catequese, entretanto, impôs preliminarmente a fundação de escolas - de "ler, e escrever, contar e cantar, da qual se afastavam os meninos logo que recitavam a jaculatória e redigiam bilhetes". É dessa escola que Anchieta dava notícia, um ano depois da fundação de São Paulo - "Temos uma grande escola de meninos Índios, os quais abominam os usos de seus progenitores".

Dessa Escola Primária, por toda parte instituída, saíram principalmente os que vieram a frequentar as escolas dos outros graus, pois a escola primária foi também frequentada pelos filhos dos colonos" (Rio, 1936).

(2) Branca Filho e outros, **Um grande problema nacional** (Rio,1940) pag. 260: "Para conseguir o seu propósito, desenvolveram os jesuítas grande habilidade e inteligência. Lembraram-se que o homem - selvagem ou civilizado - tem sempre um ponto vulnerável: os filhos, e assim "os adultos sendo ineducáveis... era necessário educar os filhos para estes educarem os pais" (Afrânio Peixoto: NOÇÕES DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO). E então "os padres ensinavam os filhos ... e os filhos ensinavam os pais" (Padre Serafim Leite: **A obra dos jesuítas em nossa terra**).

E quanta habilidade para atingir os pais através dos filhos!

Fizeram vir de Portugal um grupo de meninos órfãos - e isso em 1550, um ano depois dos jesuítas aqui chegarem - que se misturavam aos filhos dos índios captando lhes a confiança e assim conseguirem trazê-los aos colégios.

Para isso "entravam os meninos a pé pelo sertão até distâncias consideráveis" (Padre Serafim Leite, **A obra dos jesuítas em nossa terra**).

Nas aldeias dos índios "eles com grinaldas na cabeça, faziam procissões, cantavam e dançavam" (Padre Serafim Leite, **A obra dos jesuítas em nossa terra**).

Formularam os meninos um pedido de instrumentos de música por que dizem eles: "se vierem cá alguns tamborileiros e gaiteiros, parece-nos que não ficaria principal nenhum, que nos não desse os seus filhos para os ensinar. E como o Padre Nóbrega determina de ir pela terra dentro, com isso iria seguro... "

E foi com a mesma finalidade de captar a amizade e confiança dos índios que Anchieta "organizou um verdadeiro teatro - de mistérios com todos os traços e personagens características, da velha comédia medieval "(Eugênia Vilhena de Morais: **Qual a influência dos jesuítas em nossas letras**).

(3) Lourenço Filho, **Tendências da educação brasileira** (S. Paulo, 1940) pág. 17 - "No século XVI, as preocupações de educação popular não existiam, mesmo nos mais poderosos países. Ler e escrever, em outros tempos, teria sido uma profissão definida, não era condição generalizada de vida social. Saber o latim, na idade média era uma obrigação funcional do clero e dos diplomatas. As primeiras escolas de linguagem comum haveriam de ser estabelecidas com os mesmos propósitos práticos, pelas corporações de comércio do velho continente. Só depois das lutas da reforma e contrarreforma, e de relativo aperfeiçoamento da Imprensa, é que o conhecimento das letras haveria de apresentar

objetivos menos utilitários, tornando-se um bem comum para a propagação da fé. A feição primeira de uma educação literária popular foi, inquestionavelmente, de fundo religioso (Parker, S.C. **The History Of Modern Elementary Education** e Levasseur, E. **L'enseignment Primaire Dans Les Pays Civilisés**).

No sentido em que a expressão "instrução pública" veio a ser tomada, depois pelos países modernos, a ideia encontra mais rigorosa definição, e agora de caráter político, na revolução francesa. Não chegou a ser por ela realizada, no entanto. Onde o sentimento religioso da época e essa ideia se tenham conjugado, pôde haver, porém, florescimento da educação popular. É o caso dos puritanos de Massachusetts, que, já em 1647, cuidavam da criação de escolas a todos abertas, com a instituição de uma taxa escolar por todos aceita. Os colonizadores norte-americanos faziam da educação, na verdade, um "empreendimento do povo", que dela tomava consciência como função social necessária.

Mas esse acontecimento foi por assim dizer único. Na Europa, a expansão da educação popular só veio a existir com a organização dos Estados políticos de "base nacional", decorrente das tentativas de domínio do continente por Napoleão. Havia de tornar-se, aí, um empreendimento não mais do povo, mas do Estado. o movimento de Fichte, de que nasceu o vigoroso impulso educativo da Prússia, não teve origem no sentimento democrático; teve-o no sentimento nacionalista alemão. E a evolução foi lenta. A lei Guizot, que devia dar a organização oficial do ensino na França, é de 1833; a criação de um órgão de direção e coordenação na Inglaterra, do mesmo ano. Em Portugal, de onde haveríamos de receber de modo mais direto os influxos da organização social e política, a reforma de Pombal, em 1772, apresenta-se como tentativa audaciosa, mas prematura. O Ministério da Instrução só ali viria a ser criado em 1870, isto é, quase cinquenta anos depois de nossa independência".

(4) Antônio Figueira de Almeida: Obra citada. Pag. 25. - "Destinado, a princípio, à formação dos irmãos da ordem, o Ratio foi, depois de vencidas grandes e extraordinárias dificuldades, ampliado aos estranhos". Nos seus primórdios, a Companhia de Jesus não era para Inácio uma associação destinada ao ensino público das ciências e letras, os seus estabelecimentos de instrução visavam ministrar a seus filhos a ciência necessária à defesa e propagação da fé. Mais tarde, dilatou-se o campo de sua visão com a ideia de que, dispondo de homens abalizados e mais numerosos, podia ampliar a esfera de atividade da Companhia, a qual não seria só uma Ordem de Apóstolos, mas também um corpo científico de professores da doutrina Católica" (pag. 350 - P.J.M. de Madureira.)

(5) Apostila da Cadeira de Sociologia Educacional - Secção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo: SOCIOLOGIA DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL - II Parte - 1946 1ª aula- pag. 1 - "o ensino dos Jesuítas é um ensino essencialmente literário: 1 - É o mesmo que na Europa: gramática portuguesa - rudimentos de latim - vocabulário e sintaxe latina - construção latina e retórica - matemática - filosofia - teologia moral (Bahia).

2 - A mão de obra servil faz com que as classes dirigentes não se interessem por um ensino técnico e científico. Trata-se de formar futuros padres e os futuros funcionários da Coroa. Os 3 filhos do fazendeiro: o mais velho sucede ao pai, o segundo é "doutor" e o mais moço, padre.

Resta muito dessa formação ainda hoje: o gosto das letras domina das ciências experimentais.

(6) Fernando Azevedo; **A cultura brasileira** (S. Paulo, 1944) pag, 312 - "Em 1759, com a expulsão dos jesuítas, o que sofreu o Brasil não foi uma reforma de ensino, mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico. Não foi um sistema ou tipo pedagógico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu sem que essa destruição fosse acompanhada de medidas imediatas, bastante eficazes para lhe atenuar os efeitos ou reduzir a sua extensão. Quando o decreto do Marquês de Pombal dispersou os padres da Companhia, expulsando-os da Colônia e confiscando-lhes os bens, fecharam-se de um momento para outro todos os seus colégios, de que não ficaram senão edifícios, e se desconjuntou, desmoronando-se completamente, o aparelhamento de educação, montado e dirigido pelos jesuítas no território brasileiro. Para se avaliar a profundidade desse golpe para Portugal e especialmente para o Brasil, bastará lembrar ainda uma vez que, no momento de sua expulsão, possuíam os jesuítas só no Reino 24 colégios, além de 17 casas de residência, e na Colônia, 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, sem contar os seminários menores e as escolas de ler e escrever, instaladas em quase todas as aldeias e povoações onde existiam casas da Companhia".

(7) Pires de Almeida, "L' **Instruction Publique Au Brésil - Histoire Legislation** (Rio, 1889) pag. 63: "o imposto denominado "subsídio literário" dura até 15 de março de 1816, quando se cria um Diretor Geral de Estudos. É nomeado para essa alta função pública o Visconde de Cairú, grande amigo de D. João. VI. Chega a atingir esse imposto a quantia de 12 contos anuais.

A partir dessa época, a participação da Câmara Municipal nos serviços relativos à instrução pública deixa de ser direta e diminui à medida que o Governo centraliza mais e mais este ramo do serviço público".

(8) Theobaldo Miranda Santos: **Noções de História da Educação** (São Paulo, 1945) pag. 560.

(9) Augusto de Saint Hilaire, **São Paulo nos tempos coloniais** (São Paulo, 1922) pag. 115 - "Quando em 1712 passou a capitania de São Paulo a constituir um governo à parte, foi a vila deste nome escolhida para residência dos capitães-generais ou governadores e recebeu o título de cidade. Por muito tempo fora ela sujeita, como o resto da capitania à jurisdição do bispo do Rio de Janeiro; em 1746 tornou-se sede de um bispado. Entretanto, importa dizer, ainda que gozasse da grande vantagem de reunir em seu seio as principais autoridades do país, não atingiu a verdadeira importância senão pelos fins do último século, quando a cultura do solo das regiões circunvizinhas tomou sensível incremento e multiplicaram-se os engenhos de açúcar".

(10) Augusto de Saint Hilaire, Obra citada - Pag. 116 e 117 - "Só a população da cidade de São Paulo e seus arrabaldes, dividida em três freguesias, a da catedral, a de Sta. Efigênia e a do Bom Jesus do Braz, elevava-se em 1839 a 9991 habitantes, sendo 5668 na primeira, 3664 na segunda e 659 na última. No total havia 33 indivíduos livres e 8 escravos de 80 a 90 anos, e 2 de 90 a 100, um livre e outro escravo.

Creio poder dizer que em 1839 o número dos brancos era apenas igual a 4/5 dos homens de cor, negros e mulatos, que se devia considerar como quase nulo o dos índios; que o das mulheres livres, brancas, mulatas e negras, excedia de modo sensível o dos homens livres pertencentes às mesmas raças; enfim, que os escravos não eram mais que um terço da população total. Segundo Daniel Pedro Muller, houve em 1838, no total de 9991,

população das três freguesias da cidade, 52 casamentos de pessoas livres e 7 de escravos, 448 nascimentos, dos quais 311 de indivíduos livres e 137 de escravos; enfim 464 óbitos de pessoas livres e 136 de escravos".

(11) Fernando de Azevedo, Obra citada - Pag. 331.

(12) Augusto de Saint Hilaire, Obra citada - Pag. 135 - "A fábrica ocupava 60 operários, mais ou menos, dos quais 10 mestres alemães, que recebiam 2$000 (12,50 francos) por dia.

(13) Raul Briquet, **Instrução Pública na Colônia e no Império (1500-1889)** (Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Ministério da Educação Vol. 11, Outubro, 1944 - n° 4) Pag. 12 "Proclamada a Independência, a educação Nacional foi matéria, na Constituinte de 1823, de debates que visavam especialmente a organização de universidades no país. Discutia-se não só o número delas, se uma, duas, ou três, mas também a localização respectiva. Dessas tentativas de ensino universitário, o Parlamento contentou-se com a fundação, no ano de 1827, dos Cursos Jurídicos de Olinda e São Paulo.

O Pe. Belchior Pinheiro de Oliveira, representante de Minas Gerais, propõe que se confira o título de Benemérito da Pátria e a Condecoração da Ordem do Cruzeiro a quem apresentar, até o fim daquele ano de 1823, o melhor trabalho sobre educação física, moral e intelectual para a mocidade brasileira.

A Comissão de Instrução Pública pede, sem resultado, que se mande publicar, por conta do governo, a memória do Deputado Martin Francisco Ribeiro de Andrade Machado, acerca da "Necessidade de uma Instrução Geral e mais Conforme com os Deveres do Homem na Sociedade; Insuficiência Atual". Nessa monografia, o ilustre paulista faz considerações sobre os três primeiros da instrução comum, métodos pedagógicos, compêndios, mestres e importância de um diretor de estudos.

Merece referência o projeto de Januário Cunha Barbosa (1826), para a reforma do ensino nacional. Sugeria a inspeção escolar, a fundação do Instituto Imperial do Brasil, nos moldes do Instituto de França com quatro classes: ciências matemáticas, naturais, sociais, literatura e belas artes. Vedava toda e qualquer alteração no sistema de instrução pública, durante 6 anos, a fim de evitarem "modificações que não fossem ditadas pela experiência e madura reflexão".

A primeira lei sobre a instrução pública é de 15 de outubro de 1827; estabelece o ensino mútuo o programa incluía a leitura, a escrita as quatro operações, frações, sistema decimal, proporções, geometria prática, língua nacional, religião, e leituras sobre a constituição e história do Brasil".

(14) Fernando de Azevedo, Obra citada - Pag. 328 - "Mas desse movimento político em favor da educação popular e que se manifesta nos debates e nas indicações apresentadas na Assembleia Constituinte, dissolvida em 1823, não resultaram senão a lei de 20 de outubro de 1823, que aboliu os privilégios do Estado para dar instrução, inscrevendo o princípio de liberdade do ensino sem restrições; o artigo 179, nº XXXI, da Constituição outorgada pela Coroa, em 11 de dezembro de 1823,que garante "a instrução primária gratuita a todos os cidadãos e, afinal, a lei de 15 de outubro de 1827 - a única que em mais de um Século se promulgou sobre o assunto para todo o país e que determina a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos (art.12) e, no art. XI, "escolas de meninas nas cidades e vilas populosas". Os resultados, porém, dessa lei que fracassou por várias causas, econômicas, técnicas e políticas, não corresponderam aos intuitos do legislador; o governo mostrou-se incapaz de organizar a educação popular no país; poucas,

as escolas que se criaram, sobretudo as de meninas, que, em todo o território, em 1832, não passavam de 20, segundo o depoimento de Lino Coutinho, e na esperança ilusória de se resolver o problema pela divulgação do método LANCASTER, ou de ensino mútuo que quase dispensava o professor, transcorreram quinze anos (1823-1838) até que se dissipassem todas as ilusões".

(15) Primitivo Moacyr, **A Instrução e a República** - 1º Vol. (Rio, 1943) Pag. 27.

(16) Lourenço Filho, **O Problema da Educação de Adultos** (Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Ministério da Educação - Vol. V, agosto,1945 - n° 14), Pag. 173 - "Não se nega que o movimento de ensino de adultos tenha começado, já nos fins do século XVII, pelas escolas dominicais e escolhes noturnas, ligadas, na maioria, a corporações re-11glosas e com programa restrito å aprendizagem de letras. Destinadas, porém, na sua maioria, a elementos das classes operárias, elas haveriam logo de evoluir, em diversos países, para o tipo de curso de instrução profissional e de prática em ofícios e indústrias (Cf. Lymon Bryson, **Adult Education**, 1936, New York, American Book Co., pag.35). Deram, na Inglaterra, as chamadas "continuation schools"; na França, os "cours d'enseignement post-escolaire"; nos Estados Unidos, as "evening'"e "part-time schools" (assinalam-se as primeiras realizações desses tipos na França, em 1788; na Inglaterra, em 1800, na Saxônia, em 1835; nos Estados Unidos, pouco depois. A elas estão ligadas também as primeiras iniciativas de organização do ensino profissional técnico)".

(17) Pires de Almeida, Obra citada - Pag. 219 e 220.

(18) Augusto Saint Hilaire, Obra citada Pag. 226 e 227."A província de S. Paulo, que tinha como as outras o nome de capitania, era como elas governada por um capitão-general, cuja autoridade, por assim dizer, não tinha limites.

Durante algum tempo foi dividida em duas comarcas apenas; desde 1881 passou a contar três - a de S. Paulo, a de Itu, e a de Curitiba e Paranaguá, assim chamadas dos nomes das respectivas sedes. A primeira, como a capital, que tinha o título de cidade, compreendia 22 vilas, a saber: Ubatuba, S. Sebastião, Vila da Princesa, Santos, S. Vicente, Itahem, Arêas, Cunha, Paraitinga, Lorena, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, S. José, Jacareí, Mogi das Cruzes, Bragança, Atibáia, Mogi-Mirim, Jundiaí, Paranaíba. A segunda, a de Itu, contava seis vilas além da sede e eram: S. Carlos Porto Feliz, Sorocaba, Itapetininga, Itapeva, Apiaí. A terceira, a de Curitiba e Paranaguá, compunha-se de nove vilas: Curitiba, Castro, Lapa, Lages, Iguape, Cananéia, Antonina, Paranaguá, Guaratuba".

(19) Anuário do Ensino de São Paulo - 1917.

(20) Raul Briquet, Artigo citado (Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Ministério da Educação - vol. II - outubro, 1944 nº 4 - pág. 16 e 17 "**Projeto Ruy Barbosa**". Dos planos apresentados depois da reforma de Leôncio de Carvalho até a Proclamação da República, o de Ruy Barbosa é o que deve reter a atenção.

Consta de dois pareceres e projetos, o de 1882, sobre o ensino secundário e superior, e o de 1883 acerca do primário. Neles, mormente no último, o autor desenvolve circunstancialmente a matéria; demonstrando ter-se ocupado com carinho do assunto.

Lembra ele que o problema da Educação Nacional deve exigir sacrifícios financeiros iguais aos de tempo de guerra. Se neste se combate o adversário temporário, naquele combatem-se dois adversários perenes:- a ignorância e a superstição.

"Bem orientada, a educação constitui uma alta fonte reprodutiva dos sacrifícios financeiros que impõe. A produção está na razão direta da inteligência humana que dinamiza a matéria

prima; portanto, tanto mais aperfeiçoados os instrumentos da conquista de ciência e da arte, que são o saber e a técnica, e tantos mais belos os frutos colhidos na educação dos povos. Pequenas transfusões, pequeníssimas, não levantam as forças do doente, não aumentam a resistência do organismo combalido por mais de um século de contemporizações".

Ruy discorre a respeito da metodologia do ensino primário e do secundário. Reprova a bifurcação entre o ensino humanístico e o cientifico. No tocante ao ensino primário, vota Ruy pela obrigatoriedade dele, uma vez que este só pode ser dispensado para os povos que atingiram certo grau de evolução e tenham consciência dos deveres sociais. Naturalmente, demanda isso trabalho persuasivo, pois que "a força é impotente para fundar qualquer coisa", e a lei, tão só, é inoperante".

(21) o prof. Lourenço Filho analisa, com a precisão que lhe é peculiar, os dois famosos pareceres numa publicação inserida na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Ministério da Educação - Vo1.11, Novembro de 1944 - nº 5.

(22) Lourenço Filho, **Tendências da Educação Brasileira** (São Paulo, 1940) Pag. 32 e 33 - "Não obstante, o esforço parece ter sido produtivo. Desse ano, às vésperas da República, publicam-se alguns notáveis trabalhos sobre organização universitária, ensino secundário, administração e política escolar, estando entre estes o volume do Visconde de Ouro Prêto, que defendia as ideias de criação de um "fundo escolar" e a competência dos poderes centrais para criar e manter estabelecimentos de ensino nas províncias. Figuram, entre os trabalhos publicados em 1884, várias memórias apresentadas ao Congresso de Instrução, realizado na Corte, no ano anterior, e das quais merecem especial menção: "organização dos jardins de infância", de Maria Guilhermina de Andrade, "Coeducação dos sexos nas escolas primárias, normais e secundárias", de João Barbalho; e "Ensino primário obrigatório" de Silvio Romero. Vários ensaios relativos å administração escolar, disciplinas, programas e métodos, revelam já um nível diferente no encarar as questões da educação, e novas tendências, com aplicação dos conhecimentos científicos da época. O ideal da educação do povo, pelo seu aspecto formal - a "alfabetização" começa a ser manifestado. Também a reforma dos métodos se inicia. A aplicação dos processos de ensino intuitivo passa a representar tendência. dominante. Em 1884, edita-se pela primeira vez o volume "**Lições de Coisas**", de Saffray. Em 1886, Ruy Barbosa não desdenha traduzir as "Primeiras Lições de Coisas", de Calkins. No ano seguinte, Camilo Passalaqua dá a público as suas lições sobre "Pedagogia e Metodologia", em 1888, Felisberto de Carvalho lança o seu "Tratado de Metodologia", para uso de professores e alunos das escolas normais; e, em 1890, em modesta edição impressa no Pará, José Veríssimo dá a lume o seu magnífico estudo sobre a Educação Nacional".

(23) Pires de Almeida, Obra citada - Pag. 1040.

(24) Boletim nº 1 do Departamento Estadual de Estatística, 1948. Estimativa da população do Estado para 1º de janeiro de 1947. 8.940.737 de habitantes.

(25) Sob a rubrica "Educação", dispendeu o Estado Cr$ 38.274,980,00 em 1944 (Boletim citado - ano: referência nº 24).

(26) O número 1 referente à coluna feminina do título "Escolas" me parece incorreto porquanto o quadro atrás consigna os alunos dessa escola na secção masculina.

(27) O Decreto n° 27, de 12 de maio de 1890, do Governo de Prudente de Morais, reforma a Escola Normal e cria escolas modelos como também atualiza os métodos de ensino.
(28) Em 1893 dá-se uma reforma geral da instrução pública de S. Paulo.
(29) Cálculos efetuados com base nos dados da obra de Pires de Almeida, muitas vezes citada, e nos do Boletim nº 1 do Dept. Estadual de Estatística de 1948.
(30) João Lourenço Rodrigues, UM RETROSPECTO (S. Paulo, 1930), Esplêndida monografia que trata da história do ensino público em S. Paulo, particularizando a evolução do ensino normal, no Estado.
(30a) Fernando Azevedo, Obra citada - Capítulo III, Pag. 366; 373-376.
(31) A palavra "escola" é tomada no sentido comum e atual de "Curso".
(32) Lei nº 88, de 8 de setembro de 1892 - Art. 6º - "O ensino das escolas preliminares compreenderá as matérias seguintes: moral prática e educação cívica, leitura e princípios de gramática, escrita e caligrafia; noções de geografia geral e cosmografia; geografia do Brasil, especialmente do Estado de São Paulo; história do Brasil e leitura sobre a vida dos grandes homens da história; cálculo aritmético sobre números inteiros e frações; sistema métrico decimal, noções de geometria, especialmente nas suas aplicações, à medição de superfície e volume; noções de ciências físicas, químicas e naturais, nas suas mais simples aplicações, especialmente à higiene; desenho a mão livre; canto e leitura de música, exercícios ginásticos, manuais e militares, apropriados à idade e ao sexo".
(33) Lei nº 1.223, de 16 de dezembro de 1910 trata do regime das escolas noturnas criadas pela Lei nº 88.
(34) Aparecem nos Anuários de Ensino a partir de 1911, os cursos noturnos nas cidades de: Aguso, Amparo, Bananal, Bocaina, Bragança, Brotas, Cabreúva, Campinas, Campo Largo, Paranapanema, Capivari, Cotia, Dois Córregos, Faxina, Índaiatuba, Itaberá, Ítapetininga; Itapira, Itaporanga, Itariri, Jacareí, Jambeiro, Jataí, Mogi das Cruzes, Mogi-Mirim, Paraibuna, Paranaíba, Piedade, Pirassununga, Sta. Bárbara do Rio Párdo, Sta. Izábel, S. Bento do Sapucai, (2 cursos), S. João dá Boa Vista, São João da Bocâina, S. Luiz do Paraitinga, S. Sebastião, Serra Negra, Silveiras, Tietê e Übatuba. Além desses, foram providos os das cidades de: Botucátu, Cruzeiro, Curralinho, Guaratinguetá (3 cursos), Jaú, Jundiaí, Matão, Pindamonhangaba, Queluz, São Manuel, São Paulo (2 cursos) e Taubaté.
(35) "**O Ensino Primario no Brasil** " - Cia. Melhoramentos, S. Paulo, 1934. Pag.166.
(36) Das disposições do Decreto em apreço - nº 5.884, de 21 de abril de 1933 - que fazem referência ao ensino de adultos.
(37) Fernando de Azevedo, Obra citada, Pag. 382.
(38) Fernando de Azevedo, Obra citada, Pag. 392-393: Nesta atmosfera de efervescência de ideias, Lourenço Filho que fundara em 1929, numa casa editora de S. Paulo, a excelente Biblioteca de Educação, publica a sua INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA ESCOLA NOVA (1930) - o melhor ensaio em língua portuguesa sobre as bases biológicas e psicológicas das novas teorias de educação; e o autor desta obra que em 1929 justificava em um de seus livros a reforma do ensino, de que teve a inciativa e a responsabilidade, no Distrito Federal (1928), traça em "**Novos Caminhos e Novos Fins**" (1931) os princípios por que se orientou a nova política de educação, adotada na reforma escolar da capital do país, e fundada em 1931 uma Biblioteca Pedagógica Brasileira, de que as **Atualidades Pedagógicas** constituem uma das séries principais. Nesse mesmo ano, três representantes

do pensamento católico criticam acerbamente as novas tendências em um folheto **Pedagogia da Escola Nova**, editado pelo Centro D. Vital de São Paulo. No domínio das realizações, sobrepujam a todas as outras inciativas dos Estados, as reformas parciais empreendidas em 1931 em São Paulo por Lourenço Filho, que reorganiza e desenvolve os serviços técnicos, entregando-os a assistentes especializados; define e articula melhor os serviços administrativos; instala a Biblioteca Pedagógica Central; faz publicar sob o novo título de **Escola Nova** a revista mensal que se editava sob o nome de **Educação**, reservando cada um de seus números ao estudo especializado de determinado assunto; reforma o ensino normal e profissional; institui o uso de testes para a organização das classes seletivas e imprime vigoroso impulso ao cinema educativo, aos serviços de estatística e às associações pré-escolares. Embora tenha ficado muito curta a experiência (1930-1931) para que se pudesse estimar com precisão o conjunto de seus resultados, foi certamente a reforma Lourenço Filho, em S. Paulo, no primeiro ano do governo revolucionário, uma das iniciativas mais importantes integradas no movimento renovador da educação".

(39) Fernando de Azevedo - Obra citada - Pág. 403: "Ainda no biênio de 1935-36 desenvolvia o Prof. A. F. Almeida Junior, na direção do ensino em São Paulo, uma atividade fecunda, inteiramente orientada no sentido da nova política educacional de que foi um dos pioneiros e cujas diretrizes fundamentais se traçaram com a sua solidariedade no manifesto lançado em 1932 por um grupo de educadores brasileiros. Poucos, mesmo entre os elementos de vanguarda, terão posto mais objetivamente e analisado com mais lucidez do que ele o problema da educação rural e sentido mais profundamente a necessidade de reagir contra uma educação sem relações vitais com as exigências do meio social e com os imperativos a e as condições do mundo moderno".

(40) M.A. Teixeira de Freitas, **O Ensino Primário no Brasil** (São Paulo, 1939) Pág. 167 faz um estudo suscinto, mas preciso do Código de Educação de São Paulo.

(41) Em anexo apresentamos os capítulos do Código de Educação alusivos aos cursos noturnos e, por isso, deixamos de comentar mais detalhadamente seus 9 artigos que tratam da forma de provimento, condições de funcionamento desses cursos, etc.

(42) João Carlos de Almeida, **Estatística do Ensino Primário Geral no Estado. Sua Organização e Trabalhos Realizados** (Boletim do Departamento Estadual de Estatística - nº3. S. Paulo, 1939) Pag. 51.

"A Diretoria do Ensino (hoje Departamento de Educação), órgão da Administração Estadual que permanentemente fiscaliza e orienta o ensino primário, quer o mantido pelo Estado, quer o municipal e o particular, não conseguiu, durante largo tempo, realizar trabalho contínuo e sistemático no preparo de suas estatísticas. Somente em começos de 1931, quando Diretor do Ensino o Dr. Lourenço Filho, foi criada a Secção de Estatísticas Escolar que, sob a direção do Professor Francisco Jarassi, iniciou logo o trabalho de apuração dos dados coligidos no ano anterior, e cujos resultados se acham reunidos em volume de cerca de 80 páginas. Caracteriza-se este trabalho principalmente pelo cunho de improvisação e originalidade com que se apresentam suas tabelas que contém os dados gerais relativos aos ensinos pré-primário, primário, complementar, normal, profissional e secundário, ora estudados sob o aspecto da subordinação administrativa; ora quanto à localização dos educandários - se nas cidades, se nas sedes de distritos de paz, se na zona rural. Segundo nos contam essas tabelas, funcionaram no Estado em 1930, 4.813

estabelecimentos de ensino primário, nos quais se matricularam 453.535 crianças. No cômputo geral da matricula participaram: o estado com 79%, as municipalidades com 3% e as escolas particulares com 18%.

Em 1932, com a reforma que se verificou na Diretoria do Ensino, foi suprimida a Secção de Estatística e os dados então coligidos só mais tarde vieram a ser apurados, mas já sem os desdobramentos que apareceram na estatística de 1930. Dos quadros apresentados consta o seguinte movimento escolar, referente a 1931: estabelecimentos de ensino primário, 4.897, matrícula geral, 497.002, sendo 75% nas escolas do Estado, 3% nas municipais e 22% nas particulares.

Em virtude da celebração do Convênio Nacional de Estatísticas Educacionais, firmado na Capital da República em fins de 1931, a estatística escolar paulista, relativa aos anos de 1932-33 atendeu já ao plano ali estabelecido. Dos resultados verificados e fornecidos ao órgão federal competente, não ficaram cópias em São Paulo. Um volume editado em 1937 pela Diretoria do Ensino divulga apenas, com referência a esses dois anos, os resumos organizados pela Diretoria de Estatística do Ministério da Educação, dos quais foram extraídos os resultados que aparecem nos quadros anexos.

Em fins de 1935, quando Diretor do Ensino o Dr. Antônio F. de Almeida Júnior, em atenção aos reiterados apelos do órgão federal no sentido de serem atendidas com mais regularidade e precisão as cláusulas da Convenção Nacional, foi novamente chamado o Professor Francisco Jarussi - então chefe de serviço - a responder diretamente pelos levantamentos de 1934 e 1935, responsabilidade esta que assumiu sem prejuízo das funções de Membro da Comissão Central do Recenseamento. Para a execução de tal tarefa foram postos à disposição do Professor Jarussi 15 professores comissionados e dois outros da referida repartição censitária. Surgiram desde logo grandes dificuldades para a execução de tão delicado quão vultoso empreendimento, qual seja o de realizar, a um só tempo, duas apurações tão importantes, com a agravante de que o material referente a 1934, estava incompleto, pois dentre os questionários reunidos faltavam os de 642 educandários, que só foram obtidos bem mais tarde, depois de uma longa série de providências, e já, alguns, imprecisos nas suas informações. Mesmo assim, a apuração de 1934 completou-se de maneira a mais satisfatória, atendendo a todos os desdobramentos previstos no Convênio, e inaugurou a série de estatísticas que o Estado vem realizando sem solução de continuidade, já quanto à direção do Serviço, já quanto ao padrão estabelecido para o seu conjunto tabular, os resultados de 1935 e 1936 de há muito já se acham publicados nos Anuários correspondentes da Diretoria de Ensino, e o volume em que são divulgados os números relativos a 1937, vem sendo largamente distribuídos desde janeiro último.

Segundo o Convênio Nacional de Estatísticas Educacionais e Conexas firmado na Capital da República a 20 de dezembro de 1931, a cada uma das umidades federadas compete a execução da estatística do ensino primário geral, e à Diretoria de Estatística do Ministério da Educação e Saúde Pública, como órgão centralizador do sistema, os levantamentos dos demais ramos de ensino (secundário, superior, semiespecializado e especializado e emendativo), não ficando, porém vedada às repartições regionais a execução da parte das estatísticas da competência do órgão federal, mediante entendimento prévio e desde que estejam elas convenientemente preparadas para enfrentar mais essa tarefa. Daí a razão por que, embora insuficientemente dotado de pessoal e de aparelhamento, vem o Serviço procedendo ao levantamento do ensino secundário estadual e do normal estadual e livre,

bem como dos cursos ginasiais anexos às normais livres, desde o relativo ano de 1935. Os volumes em que foram divulgados os trabalhos de 1935, 1936 e 1937, inserem, em sua última parte, as tabelas correspondentes a esses inquéritos.

Desde a celebração do Convênio interadministrativo, o Estado de São Paulo vem satisfazendo o compromisso assumido, sem, entanto, haver na Diretoria do Ensino (atual Departamento de Educação), um órgão executivo regularmente instalado e organizado. Os funcionários que vêm executando os trabalhos, desde os relativos ao ano de 1934, todos simplesmente designados a título precário, tiveram como seu orientador o Professor Francisco Jarussi que, embora desligado do quadro do Departamento de Educação, em virtude de haver sido nomeado para o Departamento Estadual de Estatística, prosseguiu na direção do Serviço, atendendo solicitação, primeiro, do Dr. Almeida Junior e, posteriormente, de seu sucessor, o Prof. Joaquim Alvares Cruz.

Em outubro de 1938, quando já estava inteiramente concluído o levantamento de 1937, o Governo do Estado, atendendo ao requerimento pelo Prof. Jarussi às conclusões constantes do laudo de inspeção de saúde a que o mesmo se submetera, resolveu conceder-lhe o "*otium cum dignitate*", que nunca é negado àqueles que por mais de trinta anos devotam inteiramente ao serviço do Estado.

Embora apontado o Prof. Jarussi, a Estatística escolar que, para estar sob as vistas de seu chefe vinha sendo executada no Departamento Estadual de Estatística, ali permaneceu a fim de que os trabalhos prosseguissem sob as vistas do funcionário que exercia as funções de assistente, até que a organização definitiva do Serviço fosse resolvida.

Esta a situação em que foi encontrado o Serviço pelo atual Diretor Geral do Departamento de Educação, o Professor Dario de Moura, o qual ciente do andamento dos trabalhos, resolveu permanecessem eles sob a orientação do autor destas linhas, enquanto, por sua Senhoria, não fossem tomadas quaisquer outras deliberações.

****

Os questionários de que vem se utilizando o Serviço de Estatística Escolar, desde o levantamento correspondente a 1936, organizados pela própria Chefia, são impressos em cores diferentes que distinguem as três entidades mantenedoras das escolas - o Estado, o município e o particular - e consignam todas as especificações exigidas pelo Convênio, além de outras não previstas no plano geral adotado para o País, mas necessárias a trazer bem informada a alta superintendência do ensino no Estado.

Em mais de 100 pacotes de 4 quilos em média, e logo nos primeiros dias de novembro de 1938, foram enviados pelo correio as 21 Delegacias de Ensino do Estado, acompanhados de instruções detalhadas, 24.000 formulários, que tantos são necessários para reunir os dados estatísticos de todos os estabelecimentos que ministram um ou mais dos diversos ramos do ensino primário geral. Em 1937 eram 6.995 os educandários e, considerando-se que cada um deles preenche três vias do mapa (uma para o próprio arquivo, outra para o arquivo da Delegacia e a terceira para o Serviço), não poderia ter sido menor o fornecimento, tendo-se em vista ademais, o crescimento que ano a ano se opera ao aparelho.

Nesta hora, com exceção da 2ª Delegacia da Capital, à qual está afeto o serviço de fiscalização e orientação de ensino das escolas primárias particulares da Capital, todas as

demais já entregaram ao Serviço sua contribuição, e a maioria já atendeu aos pedidos de retificação de dados, estes, aliás, em número insignificante, pois que ótimo é o qualificativo que se poderá dar ao trabalho executado pelo professorado, não só quanto à rapidez e boa vontade com que vem atendendo às solicitações do Serviço, como pelo cuidado com que foram feitos os registros das informações nos questionários".